



**16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**  
**Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”**  
**Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019**

---

Eixo: Trabalho, questão social e serviço social

**EDUCAÇÃO PERMANENTE, TRABALHO E RESISTÊNCIA NA ASSISTÊNCIA SOCIAL**

**Rosa Maria Castilhos Fernandes<sup>1</sup>**  
**Ana Gabriela Brock<sup>2</sup>**  
**Patrícia Pereira Lopes<sup>3</sup>**

**Resumo:** O presente estudo tem como objetivo compartilhar as experiências de um grupo de pesquisa que desenvolve estudos, atividades de extensão e investigações sobre a interlocução do trabalho nas políticas sociais públicas e a educação permanente, visando à formação para o atendimento das necessidades sociais e a construção de resistências à violação dos direitos sociais.  
**Palavras-chave:** educação permanente; serviço social; sistema único de assistência social.

**Abstract:** The present study aims to share the experiences of a research group that develops studies, extension activities and research on the interlocution of work in public social policies and permanent education, aiming at training for the attendance of social needs and the construction of resistance to violations of social rights.

**Keywords:** permanent education; social service; social assistance

## **INTRODUÇÃO**

O coletivo de um grupo de pesquisa vem desde 2015 se mobilizando para o desenvolvimento de estudos e investigações que articulam a educação e o trabalho, ou seja, aquelas situações que dizem respeito às aprendizagens que podem ocorrer nas situações de trabalho e, neste caso, na política de assistência social. Entretanto, essas reflexões nos remetem à conjuntura atual brasileira e seus rebatimentos nos ambientes de trabalho no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - o SUAS e nas condições de vida da classe trabalhadora.

Para iniciar, citamos como exemplo a corrosão do sistema de seguridade social no Brasil e, conseqüentemente, dos direitos sociais, por meio dos cortes e desmontes dos desenhos que organizam o conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios sociais que compõem a proteção social. É preciso reafirmar que não é de hoje que o sistema de seguridade social brasileiro encontra-se ameaçado. Numa sociedade em que sistemas de proteção social se estruturam com base em princípios marcados por um Estado Social - e diga-se na ordem do capitalismo (BOSCHETTI, 2016) - com elevada desigualdade social

---

<sup>1</sup> Professor com formação em Serviço Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, E-mail: rmariacf@uol.com.br.

<sup>2</sup> Estudante de Graduação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, E-mail: rmariacf@uol.com.br.

<sup>3</sup> Estudante de Graduação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, E-mail: rmariacf@uol.com.br.

estrutural entre tantos outros fatores que advém deste cenário, impedem a universalização e a efetivação dos direitos sociais e, portanto, da seguridade social pública; muito por conta das disputas dos projetos societários em vigência algumas vezes mais mínimos ou mais democráticos dependendo dos modelos de gestão e das diretrizes governamentais em cada esfera dos entes federados (municipal, estadual e federal).

Entretanto, não há como negar que da Constituição Federal Brasileira de 1988 para cá ocorreram investimentos no campo da seguridade social e numa perspectiva de seguridade social ampliada, considerando a educação brasileira, em que pese todas as contradições. Poderiam ter investido mais, sim deveriam! Mas o que ocorre agora com o governo da Era Bolsonaro (por alguns já dito, como a meia década perdida) é tão perverso, que nos impede de falar de ameaças porque não se trata só de ameaças e sim de corrosão e destituição deste sistema construído a duras lutas travadas na sociedade brasileira.

São reformas que se encaminham de toda ordem: política, social, econômica, cultural, ambiental, enfim, que traduzem e deixam explícita a guinada à direita para condução de um projeto ultraliberal, com pensamentos conservadores e que agora são colocados de forma acelerada na ordem do dia atendendo a agenda do capital. Como exemplos: a emenda constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016, que institui o teto de gastos “no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União”; o Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 2017 - Reforma Trabalhista que foi aprovada no senado em novembro de 2017; a Proposta de Emenda Constitucional nº 6 de 2019, que trata sobre a Reforma da Previdência alterando o sistema de previdência social, numa jogada explícita de capitalização dos seguros sociais e que vem afetando e afetará mais ainda a vida de significativa parcela da população e, em especial, de forma desumana os pobres e os idosos, os povos e comunidades tradicionais, entre outras investidas que colocam as empresas estatais na mira da privatização e do capital internacional.

Sabemos que em uma sociedade desigual como o Brasil, na qual 12,4% da população apta ao trabalho encontra-se desempregada e 37,3 milhões de pessoas estão no mercado de trabalho como trabalhadores informais, o que representa 40% da população ativa (e cuja parcela de 10% da população concentra 43,1% da renda total do país - segundo pesquisa sobre a desigualdade divulgada pelo IBGE em 2018 – ao todo, são 13,4 milhões de brasileiros em situação de desemprego (PNAD/IBGE 2019), conforme dados sobre o primeiro trimestre de 2019. Além disso, o Brasil possui a quinta maior taxa de feminicídio do mundo (OMS, 2017), em 2017, foram registrados mais de 60 mil casos de violência contra a mulher no País, mas como a taxa de subnotificação do crime é alta, esse número pode chegar até a 500 mil casos por ano (IBGE, 2019). O Brasil também possui taxas altas de homicídio e, das vítimas, 72% são pessoas negras, o que evidencia o racismo estrutural em um país no qual 54% da sua população é negra.

Outro aspecto se refere à falácia da previdência social que nada mais é que um projeto claro de eliminação da previdência pública brasileira; obviamente decretar uma falência e a melhor estratégia para que o modelo alternativo ao atual brasileiro seja substituído pelo modelo de capitalização. Nada disto contribui para a sustentabilidade brasileira, pois assim cada trabalhador e trabalhadora terão que resolver a questão do seguro para aposentadoria direto no banco e lá na frente se nada mais funcionar: salve-se quem puder!

Neste contexto, não há como negar a importância da existência da política da assistência social para a população e o desenvolvimento, humano, social e econômico e, portanto, todas as iniciativas de resistência serão profícuas para o enfrentamento dessa realidade que vem incidindo também nas organizações e nos processos de trabalho no SUAS, assim como, na vida de dos sujeitos de direitos.

É preciso reconhecer também que nos últimos anos, com a consolidação e implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e, posteriormente com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), em 2004, foram feitos diferentes investimentos assistência social. Em 2005, o SUAS passa a garantir a oferta dos serviços socioassistenciais em todo o território nacional, em 2012 cria-se o Programa Nacional de Capacitação no SUAS (Capacita SUAS). Em 2013 é instituída a Política Nacional de Educação Permanente no SUAS (PNEP/SUAS), que tem como objetivo institucionalizar, no âmbito do SUAS, a perspectiva político-pedagógica e a cultura da educação permanente (BRASIL, 2013).

A pesquisa que viemos realizando tem como objetivo geral analisar a trajetória que vem sendo percorrida pelos trabalhadores no desenvolvimento da política de educação permanente do SUAS nos municípios do Rio Grande do Sul no período de 2013 a 2017. Entretanto, constatamos neste percurso que as estratégias metodológicas escolhidas, sendo elas a aplicação de um questionário, respondido por 101 trabalhadores e trabalhadoras<sup>4</sup>, os quais atuam em 59 diferentes municípios do Rio Grande do Sul de diferentes portes<sup>5</sup>; e a construção de um blog denominado Trajetórias de Educação Permanente no SUAS (disponível no endereço <https://www.ufrgs.br/epsuas-rs/>), que abrigou o questionário no período de junho a dezembro de 2017, aproximam um conjunto de

---

<sup>4</sup> Entre os participantes da pesquisa, constatou-se que 65 trabalhadores atuam como assistentes sociais, seguidos de 17 que exercem a profissão de psicólogo, 7 que são educadores sociais, 2 pedagogos e 10 que ocupam outras profissões como cuidadores, sociólogos, advogados e entre outros.

<sup>5</sup> Obteve-se, na pesquisa, a resposta de municípios que representam todos os portes dos municípios do Estado do Rio Grande do Sul, atingindo ao total 11,26%. O maior percentual de respostas é de municípios de Pequeno Porte I, 40,67%, com 24 municípios diferentes; seguido dos municípios de Pequeno Porte II e Grande Porte, ambos com 22,03%, que corresponde a 13 municípios cada porte; quanto aos municípios de Médio Porte correspondem a 13,56% dos respondentes, o que equivale a 8 municípios. Entretanto, observa-se que 26 trabalhadores respondentes são de Pequeno Porte I, 15 respondentes dos municípios de Pequeno Porte II e 35 dos de Grande Porte; quanto aos municípios de Médio Porte houveram 10 respostas no total. E Metrópole corresponde a 1,7%, 1 município, com 15 respondentes.

trabalhadores desta ferramenta virtual. Além desta aproximação, avaliamos este espaço como sendo democrático, de reflexão crítica, de aprendizagem entre outros aspectos que socializamos aqui neste texto. Para tanto, além dessa reflexão inicial, trazemos alguns subsídios para compreensão da concepção de educação permanente e num segundo momento focamos nas potencialidades que têm sido o blog para o trabalho e as resistências no âmbito do SUAS.

## **APONTAMENTOS E SUBSÍDIOS PARA REFLEXÃO**

Partimos do entendimento que é preciso considerar que os processos formativos vivenciados pelos trabalhadores sociais que se inserem no âmbito das políticas sociais, deveriam contemplar a reflexão crítica sobre os interesses que estão em jogo, principalmente, quando tratamos da necessária efetivação de políticas garantidoras de direitos sociais, por meio da primazia do Estado. Esses processos formativos, não se limitam àqueles vivenciados na formação acadêmica, ou somente em cursos de capacitação ou especialização, mas dizem respeito também às experiências vivenciadas no trabalho profissional, pois este pode indicar quais saberes são necessários para o atendimento das necessidades sociais dos usuários dos serviços públicos.

No Brasil, uma das estratégias que vem sendo adotada para consolidação da política de proteção social não contributiva - o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) - é considerar a educação permanente como uma proposta pedagógica de formação dos trabalhadores da política, assim como, de todos os atores sociais envolvidos. A Política Nacional de Educação Permanente do SUAS, tem como objetivo geral: “institucionalizar, no âmbito do SUAS, a perspectiva político-pedagógica e a cultura da Educação Permanente, estabelecendo suas diretrizes e princípios e definindo os meios, mecanismos, instrumentos e arranjos institucionais necessários à sua operacionalização e efetivação” (BRASIL, 2013, p.11).

A educação, neste estudo, é entendida como um processo permanente e difuso em toda a vida social; portanto, possui um papel central a desempenhar, como, por exemplo, no âmbito da consolidação dos direitos sociais e da cidadania, por meio das políticas de proteção social. A interlocução da educação com o trabalho, não é tratada aqui, como mero instrumento a serviço de interesses econômicos vigentes ou de acesso aos processos produtivos e de manutenção a lógica excludente que atende interesses neoliberais, mas ao contrário, educação no e para o trabalho visando a emancipação humana.

Isto significa considerar que a tarefa educativa desenvolvida nos processos de trabalho “é muito mais ampla do que a produção e difusão do saber” (TONET, 2013, p.271). Afinal, o que faz um trabalhador ser ou não emancipador, não é somente o seu

compromisso político, e neste caso com a consolidação da política de assistência social, “mas o seu domínio do saber e da difusão do conteúdo específico e de um modo que sempre estejam articulados com a prática social” (TONET, 2013, p. 270). Isso significa considerar que quanto mais o trabalhador compreender a relação dos vínculos de sua prática com a prática social global, mais poderá contribuir com a democratização da sociedade brasileira, com o atendimento dos direitos socioassistenciais dos usuários do SUAS e com a transformação social.

É então nesse contexto que a perspectiva da educação permanente aparece como um princípio reorganizador de todo o processo educativo. Esta orientação propõe-se a superar as concepções dominantes e as práticas escolarizadas, disseminando novas práticas de formação, como por exemplo, no âmbito do trabalho na assistência social, valorizando as aprendizagens advindas das situações de trabalho, das reflexões dos coletivos que discutem os programas e ações do sistema, incluindo os conselhos locais de controle social, espaços de participação popular e democrática e, portanto, de reflexão crítica sobre a condução do SUAS (FERNANDES, 2016). Assim sendo, o que dá sentido à educação permanente é o diálogo provocado entre os sujeitos sociais (gestores, trabalhadores, conselheiros e usuários), a análise rigorosa dos processos de gestão em que se inserem, das intervenções e a procura coletiva de melhores formas de agir através da interlocução dos saberes (FERNANDES, 2016). Valorizando a aprendizagem a partir do trabalho, suas necessidades sociais e constituindo-se por meio do planejamento técnico-operacional em resposta às demandas.

### **PROCESSO EDUCATIVO: um blog que articula trabalho e resistência no SUAS**

A ideia do blog emerge não somente para alocar o questionário da pesquisa, mas como um espaço estratégico e político do ponto de vista da prática cidadã, que visa contribuir de maneira interativa e democrática, com a disseminação de experiências, saberes e habilidades profissionais para o trabalho no SUAS, assim como analisar a trajetória que vem sendo percorrida por esses trabalhadores no desenvolvimento da Política de Educação Permanente no RS. Dentre os resultados da pesquisa, observou-se que a grande maioria dos trabalhadores - 53% dos respondentes - quando questionados sobre a Política de Educação Permanente do SUAS (2013) afirmaram conhecê-la. No entanto, chama a atenção o grande número de trabalhadores, 41 respondentes (40%), que conhecem pouco a política e também 6 respondentes (7%) que não a conhecem.

Dessa forma, podemos aferir que ainda a política de educação permanente não é parte da cultura da gestão do trabalho destes 59 municípios, pois mesmo aqueles que referiram conhecer a PNEP (2013), fazem menção que não existem iniciativas nos seus locais de trabalho para vivenciarem experiências de educação permanente ou ainda nem

todos têm consciência do que ela significa para os trabalhadores e o próprio trabalho no SUAS. Nesse mesmo sentido, percebe-se que o distanciamento da Política de Educação Permanente não é exclusividade dos trabalhadores, pois também se expressa na falta de iniciativas de formação por parte das gestões municipais. A partir das respostas obtidas 36 trabalhadores (36%) disseram que não existem iniciativas de formação no seu município voltadas para os trabalhadores do SUAS. Outros 33 trabalhadores (33%) relataram que existem poucas iniciativas e apenas 24 trabalhadores (24%) disseram que existem iniciativas nos seus municípios. Outros 8 trabalhadores (8%) responderam que desconhecem iniciativas.

Vale ressaltar que uma das principais questões que interferem nesses dados é a possível falta de conhecimento por parte dos trabalhadores do que são iniciativas de educação permanente, decorrente da falta de conhecimento da Política de Educação Permanente. É preciso compreender que as iniciativas de experiências de educação permanente não ocorrem somente a partir de cursos e demais atividades formais, mas sim diz respeito à implicação dos trabalhadores nestas vivências de problematização das situações de trabalho, de planejamento coletivo, de criação de estratégias para a intervenção interprofissional e interinstitucional tão necessária para os atendimentos das necessidades sociais dos sujeitos de direitos. Ressalta-se, portanto, a importância do levantamento de dados e informações como essas, a fim de que a cultura de educação permanente possa materializar-se nos diferentes espaços de trabalho do SUAS.

Por este entre outros motivos é que entendemos que o blog, *Trajetórias de Educação Permanente no SUAS*, tem sido um espaço não só de aprendizagens, mas também de resistência para os trabalhadores do SUAS, pesquisadores e militantes dessa política social, à medida que o processo de investigação deflagrado vem permitindo o compartilhamento de reflexões entre os sujeitos participantes e pesquisadores sobre a importância da educação permanente no âmbito do SUAS, além da defesa da própria política. Essa resistência se expressa principalmente por meio das postagens do blog sobre conteúdos das necessidades sociais dos sujeitos de direitos, sobre saberes e conhecimentos a serem acionados no trabalho no SUAS e ainda, a respeito da própria política de assistência social que visam propiciar reflexões para resistir à corrosão do SUAS.

Desde abril de 2017, realiza-se a postagem de diferentes conteúdos no blog. Para fins de organização desse material, dividimos as mesmas em cinco eixos, quais sejam: 1. Produções de Conhecimentos do grupo de pesquisa; 2. Reflexões dos trabalhadores, militantes e estudiosos do SUAS; 3. Controle social democrático e participação popular; 4. Direitos especiais; e o 5. Resultados das pesquisas, perfazendo um total de 68 postagens até maio de 2019, conforme a tabela 1:

**Tabela 1 - Organização das postagens no blog por eixos**

	Eixo	Número de postagens
1	<b>produções de conhecimentos do GPETPS</b>	<b>16</b>
2	<b>reflexões dos trabalhadores, militantes e estudiosos do SUAS</b>	<b>22</b>
3	<b>controle social democrático e participação popular</b>	<b>10</b>
4	<b>direitos especiais</b>	<b>15</b>
5	<b>resultados das pesquisas</b>	<b>5</b>

Fonte: elaborada pelas autoras

Com relação ao eixo 1, no que tange às produções de conhecimentos do grupo de pesquisa, são materiais organizados pelo coletivo de pesquisadoras e que são divulgados neste meio digital, tais quais: o livro intitulado: Educação no e do Trabalho no Âmbito das Políticas Sociais (2019); o “Dicionário crítico: a política de assistência social no Brasil” (2016); os cadernos de estudos produzidos para o Capacita SUAS/MDS; a publicação dos relatórios das pesquisas já finalizadas; artigos alinhados com a discussão sobre educação permanente no SUAS e sobre o trabalho profissional. Destaca-se que além das postagens recorrentes, o blog possui uma biblioteca, onde são disponibilizadas sugestões de textos e de artigos - sendo produções do grupo ou não - que visam contribuir com os processos de aprendizagens para aqueles que acessam a plataforma virtual. E também possui um espaço de videoteca, que dentre outros vídeos, recentemente teve publicação de material sistematizado didático sobre Educação Permanente no SUAS<sup>6</sup>, construído pelo coletivo de pesquisadoras a partir da análise das respostas do questionário.

As produções técnicas dos trabalhadores, militantes e estudiosos do SUAS, dizem respeito às postagens feitas por pessoas externas ao grupo, pois este é um espaço coletivo que se coloca à disposição desses trabalhadores. Esse eixo 2 demonstra que não há um único modelo de postagem no blog, pois estas acompanham as necessidades e as

<sup>6</sup> Disponível em: <https://www.ufrgs.br/epsuas-rs/2019/04/29/video-educacao-permanente-no-suas/>

demandas dos trabalhadores, advindas da conjuntura atual. Pode-se observar a ocorrência de postagens de divulgação de eventos, de publicações e de experiências de educação permanente, além de textos escritos por pessoas envolvidas com a política de assistência social (trabalhadores, representantes de entidades de categorias profissionais que atuam no SUAS, estudantes de graduação e pós-graduação e pesquisadores de áreas afim), conforme demonstramos na tabela 2 com alguns exemplos.

**Tabela 02 - Eixo 2: Reflexões dos/as trabalhadores/as, militantes e estudiosos/as do SUAS**

Eixo 2		
Título	Data	Endereço eletrônico
1º de maio: mais um dia em defesa da gestão do trabalho no SUAS!	maio/19	<a href="http://ufrgs.br/epsuas-rs/2019/05/13/1o-de-maio-mais-um-dia-em-defesa-da-gestao-do-trabalho-no-suas">ufrgs.br/epsuas-rs/2019/05/13/1o-de-maio-mais-um-dia-em-defesa-da-gestao-do-trabalho-no-suas</a>
I mostra de experiências e resistências no SUAS	jun/2018	<a href="http://ufrgs.br/epsuas-rs/2018/06/04/i-mostra-de-experiencias-de-luta-e-resistencia-no-suas">ufrgs.br/epsuas-rs/2018/06/04/i-mostra-de-experiencias-de-luta-e-resistencia-no-suas</a>
Campanha contra o preconceito ao usuário e usuária do SUAS	fev/2018	<a href="http://ufrgs.br/epsuas-rs/2018/02/22/campanha-contr-o-preconceito-ao-usuario-e-usuaria-do-suas">ufrgs.br/epsuas-rs/2018/02/22/campanha-contr-o-preconceito-ao-usuario-e-usuaria-do-suas</a>

Fonte: elaborada pelas autoras

O eixo 3 conta com as postagens sobre controle social democrático e participação popular, discussões que contemplam a cultura política e participação dos cidadãos na construção e efetivação do SUAS; textos que abordam a temática da vigilância socioassistencial e os desafios para a sua materialização; divulgações de eventos sobre a temática, inclusive realizados pelo próprio grupo de pesquisa, entre outros. Nesta parte identificamos representantes dos fóruns dos trabalhadores do SUAS, assim como, das entidades socioassistenciais que trouxeram suas reflexões para socialização no blog. A tabela 3 cita alguns exemplos:

**Tabela 03 - Eixo 3: Controle Social democrático e participação popular**

Eixo 3		
Título	Data	Endereço eletrônico



Carta aberta dos Conselheiros da Sociedade Civil do CNAS aos membros da CIT	fev/2018	<a href="http://ufrgs.br/epsuas-rs/2018/02/26/carta-aberta-dos-conselheiros-da-sociedade-civil-do-cnas-aos-membros-da-cit/">ufrgs.br/epsuas-rs/2018/02/26/carta-aberta-dos-conselheiros-da-sociedade-civil-do-cnas-aos-membros-da-cit/</a>
Roda de conversa “Controle social democrático do SUAS”	mai/2018	<a href="http://ufrgs.br/epsuas-rs/2018/03/23/roda-de-conversa-controle-social-democratico-do-suas/">ufrgs.br/epsuas-rs/2018/03/23/roda-de-conversa-controle-social-democratico-do-suas/</a>
O processo de materialização da Vigilância Socioassistencial e os desafios para os Trabalhadores Sociais	set/2018	<a href="http://ufrgs.br/epsuas-rs/2018/09/06/o-processo-de-materializacao-da-vigilancia-socioassistencial-e-os-desafios-para-os-trabalhadores-sociais/">ufrgs.br/epsuas-rs/2018/09/06/o-processo-de-materializacao-da-vigilancia-socioassistencial-e-os-desafios-para-os-trabalhadores-sociais/</a>
Cultura política e participação popular no SUAS: nenhum direito a menos!	abril/2019	<a href="http://ufrgs.br/epsuas-rs/2019/04/11/cultura-politica-e-participacao-popular-no-suas-nenhum-direito-a-menos/">ufrgs.br/epsuas-rs/2019/04/11/cultura-politica-e-participacao-popular-no-suas-nenhum-direito-a-menos/</a>

Fonte: elaborada pelas autoras

Sequencialmente, no eixo 4 os direitos especiais são tratados nas mais diferentes dimensões, com postagens que retratam a realidade atual e que caracteriza a sociedade brasileira e suas desigualdades que afetam a vida de diferentes sujeitos tais como: os direitos dos povos indígenas, dos refugiados, das mulheres, das juventudes, entre outros, sendo alguns exemplos citados na tabela 04. Discussões essas latentes ao trabalho no âmbito da assistência social, mas não apenas. Que possibilitam vislumbrar realidades e olhares necessários para o enfrentamento da questão social.

**Tabela 04 - Eixo 4: Direitos Especiais**

Eixo 4		
Título	Data	Endereço eletrônico
ATLAS DA VIOLÊNCIA NO BRASIL (2018): o que você já leu sobre?	jun/2018	<a href="https://www.ufrgs.br/epsuas-rs/2018/06/11/atlas-da-violencia-no-brasil-2018-o-que-voce-ja-leu-sobre/">https://www.ufrgs.br/epsuas-rs/2018/06/11/atlas-da-violencia-no-brasil-2018-o-que-voce-ja-leu-sobre/</a>
Ilê Mulher e as questões de gênero, raça e etnia	nov/2018	<a href="https://www.ufrgs.br/epsuas-rs/2018/11/28/ile-mulher-e-as-questoes-de-genero-raca-e-etnia/">https://www.ufrgs.br/epsuas-rs/2018/11/28/ile-mulher-e-as-questoes-de-genero-raca-e-etnia/</a>
As andanças dos/as estudantes indígenas no território acadêmico	dez/2018	<a href="https://www.ufrgs.br/epsuas-rs/2018/12/11/as-andancas-dos-as-estudantes-indigenas-no-territorio-academico/">https://www.ufrgs.br/epsuas-rs/2018/12/11/as-andancas-dos-as-estudantes-indigenas-no-territorio-academico/</a>
Ser refugiado não é uma escolha!	mai/2019	<a href="https://www.ufrgs.br/epsuas-rs/2019/05/27/ser-refugiado-nao-e-uma-escolha/">https://www.ufrgs.br/epsuas-rs/2019/05/27/ser-refugiado-nao-e-uma-escolha/</a>

Fonte: elaborada pelas autoras

Por fim, o eixo 5 refere-se aos resultados das pesquisas elaboradas pelo grupo, trazidos em formas de textos produzidos pelo coletivo de pesquisadoras, fazendo a análise dos dados obtidos. Como exemplo, podemos citar o texto que aborda as diferenças entre educação permanente e educação continuada, outro que aborda o perfil dos trabalhadores respondentes da pesquisa sobre a educação permanente no SUAS, postagem sobre os direitos socioassistenciais, entre outros.

Como se pode observar por meio dos eixos e das postagens, estas se referem a diferentes movimentos por parte dos trabalhadores que resistem às mudanças que vêm sendo travadas pela ordem vigente do capital que incidem na operacionalização do SUAS e, fundamentalmente, na efetivação dos direitos socioassistenciais. Tais manifestações expressam processos de emancipação política, que segundo Tonet (2013), dizem respeito à conquista e a defesa de direitos de cidadania. Estar atentos a essas situações que caracterizam a realidade social e os seus impactos, neste caso, nas estruturas organizacionais do SUAS, é algo fundamental e parte das consciências críticas que se mobilizam para a defesa dos direitos sociais e resistem às perversas mudanças no sistema desta política social.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A relevância deste estudo, neste contexto de ofensivas do capital e, portanto, de mercantilização das políticas sociais, está em contribuir para a construção coletiva de resistências e estratégias que visem o fortalecimento dos trabalhadores da assistência social. Mesmo sendo esta última o foco desta sistematização, é preciso reconhecer que toda política de proteção social objetiva reduzir as desigualdades sociais concretas e para isso necessita de investimentos. O ideário de reconfiguração das funções do Estado social vigente vem produzindo alterações substanciais que exigem dos profissionais mecanismos de construção coletiva de estratégias para o enfrentamento das situações que se apresentam no âmbito do trabalho nas políticas sociais. Tarefa essa para o conjunto da classe trabalhadora. Uma destas estratégias está em considerar as experiências de educação permanente como um dispositivo para a formação da classe trabalhadora das políticas sociais e, neste caso, da assistência social brasileira.

É correto afirmar que, embora exista a Política Nacional de Educação Permanente do SUAS (2013) instituída no Brasil, nada garante a sua efetivação, se esta não for uma cultura incorporada pelos trabalhadores em sua dimensão ética e política, fazendo jus a postura crítica e resistente necessária para o trabalho profissional. Dessa forma, a realização dessa pesquisa contribui para que essa cultura seja disseminada, conforme o

que tem sido percebido pelas pesquisadoras nas oportunidades de discussão e socialização deste processo.

Ademais, a escolha do blog, como um instrumento de viabilização da pesquisa em parte aqui socializada, possui dupla função: é um espaço virtual tanto de pesquisa, como de resistência em defesa do SUAS. Nesse sentido, entende-se que a militância dos trabalhadores no SUAS, também se constitui em um espaço de formação política e, devido a isso, as postagens publicadas neste espaço podem provocar aprendizagens significativas que façam sentido no trabalho e na militância destes sujeitos.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Conselho Nacional de Assistência Social. Política Nacional de Educação Permanente da Política Assistência Social.** Brasília. (2013). Disponível em: <[http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Normativas/Politica-nacional-de-Educacao-permanente.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/Politica-nacional-de-Educacao-permanente.pdf)>. Acesso em: 10 de abril de 2019.

\_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico de 2010.** Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: <<https://ww2.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 10 de abril de 2019.

\_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD).** Trimestre móvel: set-out-nov/2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?edicao=23841>>. Acesso em: 10 de abril de 2019.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Curso de Introdução ao Provimento dos Serviços e Benefícios Socioassistenciais do SUAS e Implementações de Ações do Plano Brasil sem Miséria / Rosa Maria Castilhos Fernandes; Maria Luiza Rizzoti.** -- Brasília, DF: MDS, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2015.

Rosa M. C.; HELLMANN, Aline (Org.). **Dicionário Crítico: Política de Assistência Social no Brasil.** Porto Alegre: Ufrgs, 2016.

FERNANDES, Rosa M. Castilhos. **Educação Permanente e Políticas Sociais.** Campinas – São Paulo: Papel Social, 2016.

MÊSZÁROS, Istvan. **A Educação para Além do Capital.** São Paulo: Boitempo, 2006.

TONET, I. **Educação cidadania e emancipação humana.** 2. ed. Maceió: Edufal, 2013.

UFRGS. **Trajetórias de Educação Permanente no SUAS**, 2019. Disponível em: <[www.ufrgs.br/epsuas-rs](http://www.ufrgs.br/epsuas-rs)>. Acesso em: 10 de abril de 2019.